



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

O objeto da presente licitação consiste na Contratação de Consultoria Técnica Especializada em modernização da gestão pública, para elaboração de Carta Consulta diretamente ao BNDES ou à Instituição Financeira por ele credenciada na condição de Operadora da linha de crédito em tela e contratação do respectivo financiamento vinculado ao programa de Modernização da Administração Tributária e dos Setores Sociais Básicos (PMAT).

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 – Nos últimos 10 anos o Município de Rio Grande vem sendo beneficiário de um grande volume de investimentos federais, especialmente no Polo Naval, os quais aumentaram de forma significativa o tamanho da demanda por infraestrutura urbana, serviços públicos e conseqüentemente, a necessidade de melhoria da gestão pública, com a adoção de instrumentos modernos e eficientes, que se reflitam em aumento de receita e em melhorias na qualidade do gasto público, buscando sua otimização.

2.2 – Apesar do elevado volume de investimentos no campo econômico, o Município não tem acompanhando de forma adequada as necessidades da população, ao ponto de apenas num campo, o imobiliária, ter sido constatada uma elevação dos preços na faixa de 330% de 2006 à 2012, índice que se eleva a 480% na região central e entorno (FEEE, 2012).

2.3 – Já a população fixa de Rio Grande cresceu de 160 para cerca de 200 mil pessoas no mesmo período, sem contar o fluxo flutuante que circunda a cidade, oriundos de Municípios do aglomerado urbano, especialmente Pelotas, São José do Norte, Capão do Leão e Santa Vitória do Palmar.

2.4 – No universo viário o Município teve elevada a sua carga de pouco mais 40 mil veículos em 2006, para mais de 94 mil em 2012 (DETRAN/RS, 2012).

2.5 – As demandas crescentes manifestam-se em todas as áreas, da Educação à Assistência Social, da Saúde à Infraestrutura Urbana, da Cultura ao Esporte e Lazer, entre outras tantas.

2.6 – As estruturas gerencial e operacional do Município encontram-se muito aquém destes desafios.

2.7 – Essa gravidade dos problemas enfrentados pela cidade torna urgente a contratação da operação de crédito PMAT, cujo objetivo é possibilitar a melhoria da gestão pública, através da adoção de sistemas e equipamentos de última geração, assim como investimentos na estrutura administrativa, que irão otimizar o trabalho dos nossos



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

gestores e servidores, possibilitando o enfrentamento sistemático tanto dos antigos problemas quanto dos novos estabelecidos pelos investimentos produtivos atuais, tanto no campo das receitas quanto no campo das despesas.

2.8 – Para alcançarmos esta operação de crédito, torna-se necessário a contratação de consultoria especializada, cujas vantagens para a administração pública manifestam-se na celeridade do processo de construção e contratação do projeto necessário para a tomada desta operação financeira e à implementação de suas melhorias.

2.8 – Portanto, com o objetivo de acelerar o andamento dos processos internos de gestão da administração, bem como de qualificação da infraestrutura e dos serviços públicos necessários à população riograndina, é apresentada a presente contratação de Consultoria Técnica Especializada em modernização da gestão pública, para elaboração de Carta Consulta ao BNDES ou a **Instituição Financeira Credenciada** da linha de crédito em tela e contratação do respectivo financiamento vinculado ao programa de Modernização da Administração Tributária e dos Setores Sociais Básicos (PMAT).

3 - DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1. O levantamento de dados e informações econômicas, territoriais, ambientais, sociais, tributárias, infraestruturais, de saúde, educação, assistência social e outros, necessários ao desenvolvimento do diagnóstico de gestão municipal;

3.2. Elaboração do diagnóstico da gestão municipal, com a especificação dos problemas identificados e as soluções apontadas para a elaboração do projeto que será apresentado à instituição financeira credenciada pelo PMAT;

3.3. Projeto de modernização da administração local, contemplando as melhores práticas de gestão municipal, atendo a todos os elementos especificados Capítulo.

3.4. Transferência de conhecimento aos servidores municipais envolvidos no projeto, durante a elaboração do PMAT, mediante entrevistas, reuniões e seminários;

3.5. Acompanhamento da tramitação do projeto, no agente financeiro, até sua aprovação, bem como elaboração de eventuais complementos e correções, se necessário.

3.6. - O objeto compreenderá a entrega de cinco produtos, conforme detalhamento abaixo:

- a) apresentação do plano de atividade e o respectivo cronograma com o início de atividades;
- b) diagnóstico executável;
- c) pré projeto;
- d) protocolo das propostas de financiamentos PMAT junto a Instituição Financeira Operadora desta operação de crédito;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

e) aprovação da proposta de financiamento do PMAT pela Instituição Financeira Operadora desta operação de crédito.

4 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1 - Qualificação técnica operacional: A empresa licitante deverá apresentar comprovação, mediante a apresentação de atestados ou certidões emitidos por instituições públicas ou privadas, da realização de trabalho de consultoria anterior de suporte a operações financeiras junto a bancos de fomento, na aprovação de propostas compreendendo a modernização da administração, incluindo as esferas gestão territorial, financeira, tributária e de serviços.

4.2. - Qualificação técnico profissional: A empresa licitante deverá apresentar comprovação de que, no momento da contratação, possuirá como responsável técnico profissional com formação de nível superior com experiência na execução do objeto.

4.2.1 - Para comprovação deste item o licitante deverá apresentar atestado ou certidão de acervo técnico do referido profissional emitido pelo órgão competente.

5- DO VALOR ESTIMADO

5.1 – Conforme pesquisa de preços praticada no mercado, fica estimado como custo total do contrato o valor de R\$ R\$ 80.000,00

6 - RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Não transferir a terceiros no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação, bem como, do contrato a ser firmado entre as partes.

6.2 - A CONTRATADA, deverá, obrigatoriamente, ter pleno conhecimento dos serviços a serem executados, e reconhecer ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas.

6.3 - Na fiscalização serão considerados todos os requisitos pré-estabelecidos no instrumento convocatório, bem como, a proposta apresentada pelo licitante vencedor.

6.4. Empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado, na forma pré-estabelecida no item 4 deste Termo de Referência, com o fornecimento de crachá de identificação, de uso obrigatório ao acesso às dependências do Município, do primeiro ao último dia de prestação da consultoria, conforme modelo aprovado pela CONTRATANTE.

6.5 - Determinar responsável pelo gerenciamento do serviço, com poderes de representante legal ou preposto para tratar de todos os assuntos relacionados ao contrato junto à CONTRATANTE, sem ônus adicional para este Município.

6.6 - Iniciar, após o recebimento da autorização, a execução dos serviços contratados, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades nos prazos máximos estabelecido neste Termo de Referência.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

6.7 - Atender de imediato as solicitações quanto à substituição de pessoal considerado inadequado para a prestação do serviço.

6.8 - Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Termo de Referência.

6.9 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga prontamente a atender.

6.10 - Manter durante a vigência do Contrato as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

6.11 - Reconhecer que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Município, não exime a CONTRATADA de total responsabilidade quanto à execução do objeto contratado.

6.12 - Assegurar que, caso ocorram substituição de funcionários, os profissionais substitutos tenham a mesma qualificação, competência e experiência dos substituídos e estão condicionados à aprovação da CONTRATANTE mediante apresentação, pela CONTRATADA, de certificados ou certidão de acervo profissional (no caso do responsável técnico), e currículo (demais profissionais).

6.13 – Garantir que todos os produtos estejam em acordo com as exigências dos regulamentos do PMAT

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Acompanhar e efetuar a fiscalização dos serviços contratados, devendo para tanto designar comitê gestor técnico e fiscal de contrato que se responsabilizarão pelo acompanhamento dos serviços, conferência e atesto dos produtos arrolados neste Termo de Referência e cumprimento das demais exigências previstas neste documento.

7.2 - Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados

7.3 Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o contrato ou com as decisões da administração relativas as opções entre tecnologias, técnicas e prioridades.

7.4 - Facilitar os acessos às dependências do CONTRATANTE, e as informações necessários para execução do objeto deste Termo de Referência, aos profissionais envolvidos neste serviço, desde que devidamente identificados.

7.5 - Exigir o imediato afastamento e substituição de qualquer funcionário da CONTRATADA ou preposto que considere inadequado ao trato com funcionários e gestores, produza complicações para a supervisão e fiscalização, ou que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas.

7.6 - Notificar, por escrito, à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso. Todos os produtos serão acompanhados e coordenados pelo Comitê (Grupo) Gestor Municipal do PMAT, nomeado pelo Chefe do Executivo conforme as normas do PMAT.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

7.7 - acompanhar e coordenar, através pelo Comitê (Grupo) Gestor Municipal do PMAT, nomeado pelo Chefe do Executivo conforme as normas do PMAT.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - O pagamento será efetuado através de transferência bancária eletrônica a conta corrente, dentro do prazo de até **30 (trinta) dias**, após a apresentação de documentação fiscal e trabalhista, e **atesto definitivo de recebimento do produto** por servidor devidamente designado pela Administração.

8.2 - As parcelas de pagamento corresponderão à entrega definitiva dos produtos abaixo especificados:

- a) 1ª. parcela referente apresentação do plano de atividade e o respectivo cronograma com o início de atividades, correspondente a 15% (quinze por cento) do valor do contrato;
- b) 2ª. parcela referente ao diagnóstico executável em até 30 dias da Ordem de Início do Serviço, correspondente a 15% (quinze por cento) do valor do contrato;
- c) 3ª. parcela em até 60 (sessenta) dias da Ordem de Início do Serviço e mediante o pré projeto, correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- d) 4ª. parcela em até 90 (noventa) dias e mediante o protocolo das propostas de financiamentos PMAT junto a Instituição Financeira Operadora desta operação de crédito, correspondente a 30% (trinta por cento) do valor do contrato;
- e) 5ª. e última parcela, correspondente a 30% (trinta por cento) fica atrelada a aprovação da proposta de financiamento do PMAT pela Instituição Financeira Operadora desta operação de crédito.

9 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1 - A vigência do contrato será de 9 (nove) meses, a partir da data de emissão da Ordem de Serviço pela administração Municipal.

10 – DAS CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

10.1 - A contratação, acompanhamento, penalidades e demais condições contratuais seguirão definido no instrumento convocatório e no contrato respectivo.